

Ana Cândida Menezes Marcato
Elias Marques de Medeiros Neto
Luiz Dellore
Rodrigo Barioni
Rogerio Mollica
Sidnei Amendoeira Jr.
William Santos Ferreira

REFLEXÕES SOBRE O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

*Uma contribuição dos membros
do Centro de Estudos Avançados de Processo – Ceapro*



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reflexões sobre o código de processo civil de 2015: uma contribuição dos membros do Centro de Estudos Avançados de Processo - Ceapro. – São Paulo: Editora Verbatim, 2018.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8399-050-5

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil 3. Processo civil - Leis e Legislação - Brasil.

18-17774

CDU-347.9(81) (094.4)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código de processo civil 347.9(81) (094.4)
2. Código de processo civil : Brasil 347.9(81) (094.4)

EDITOR: Antonio Carlos Alves Pinto Serrano

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Alves Pinto Serrano, André Mauro Lacerda Azevedo, Fernando Reverendo Vidal Akaoui, Fulvio Gianella Júnior, José Luiz Ragazzi, Hélio Pereira Bicudo, Luiz Alberto David Araujo, Luiz Roberto Salles, Marcelo Sciorilli, Marco Antônio Moreira da Costa, Marilena I. Lazzarini, Motaury Ciochetti Souza, Oswaldo Peregrina Rodrigues, Roberto Ferreira Archanjo da Silva, Suelli Dallari, Vanderlei Siraque, Vidal Serrano Nunes Júnior, Vinicius Silva Couto Domingos.

CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Manuel Rebelato Miramontes

Direitos reservados desta edição por

EDITORA VERBATIM LTDA.

Rua Zacarias de Góis, 2006

CEP 04610-000 – São Paulo – SP

Tel. (0xx11) 5533.0692

www.editoraverbatim.com.br

e-mail: editoraverbatim@editoraverbatim.com.br

1165471

Sumário

Apresentação.....	3
A influência do sistema probatório da arbitragem no regime da prova pericial no novo CPC	11
<i>Ana Cândida Menezes Marcato</i>	
Condenação de pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais ao advogado do vencedor no incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	23
<i>André Pagani de Souza</i>	
Ações coletivas e procedimentos para a resolução de casos repetitivos: qual o espaço destinado a cada um?.....	31
<i>Andre Vasconcelos Roque</i>	
Congruência da tutela e interpretação lógico-sistemática do pedido	53
<i>Andrea Boari Caraciola</i>	
Remessa necessária e direito intertemporal.....	69
<i>Anwar Mohamad Ali</i>	
Meios de impugnação das decisões interlocutórias no CPC/2015	87
<i>Arlete Inês Aurelli e Izabel Cristina Pinheiro Cardoso Pantaleão Ferreira</i>	
Considerações sobre a certeza e determinação do pedido	103
<i>Augusto Tavares Rosa Marcacini</i>	
Tutelas provisórias e suspensão de exigibilidade conforme artigo 151, V, do Código Tributário Nacional.....	117
<i>Beatriz Almada Nobre de Mello e Priscila Faricelli de Mendonça</i>	
Contornos da fundamentação no CPC/2015	131
<i>Beclaute Oliveira Silva</i>	

A estabilização da tutela antecipada e seus problemas revelados na prática	145
<i>Carlos Augusto de Assis</i>	
Enfim, os honorários advocatícios na Justiça do Trabalho	159
<i>Carolina Tupinambá</i>	
Responsabilidade pela fruição da tutela provisória	177
<i>Daniel Penteado de Castro</i>	
Honorários de sucumbência nas ações de indenização por ato ilícito. Impressões práticas sobre o art. 85, § 9º, do CPC.....	197
<i>Denis Donoso</i>	
Proposta de um novo artigo 772 do CPC/15 e a busca antecipada de bens do devedor	209
<i>Elias Marques de Medeiros Neto</i>	
Agravo de Instrumento: rol taxativo ou exemplificativo? Consequências advindas da resposta a esta indagação	229
<i>Fabiana de Souza Ramos e Paulo Gonçalves Passanezi</i>	
Súmula 568 do STJ: ilegalidade e inconstitucionalidade.....	245
<i>Fabiano Carvalho</i>	
A caneta (quase) sempre se sobrepõe à lei.....	249
<i>Fábio Cenci Marines</i>	
Hipótese(s) de cabimento da assunção de competência no Código de Processo Civil de 2015.....	259
<i>Felipe Roberto Rodrigues e Marcely Ferreira Rodrigues</i>	
Audiência consensual inicial, violência doméstica e empoderamento	275
<i>Fernanda Tartuce</i>	
Medidas atípicas na execução civil: análise de casos no âmbito do TJSP	287
<i>Fernando da Fonseca Gajardoni e Augusto Martins Pereira</i>	
A dicotomia entre a concessão liminar da tutela provisória de evidência e a concretização do princípio do contraditório	303
<i>Fernando Rubin e Vinicius Silva Nunes</i>	
Reflexos das questões registras na fraude à execução: questões afetas à boa-fé do terceiro adquirente e a polêmica trazida pelo CPC/2015 e pela Lei nº 13097/2015.....	323
<i>Gilberto Carlos Maistro Junior</i>	
O pagamento das custas finais pela satisfação da execução previsto na Lei Estadual de São Paulo nº 11.608/2003	341
<i>Gilberto Gomes Bruschi</i>	

A técnica de julgamento do artigo 942 do CPC/2015: avanço ou retrocesso?.....	347
<i>Giovani dos Santos Ravagnani e Gustavo Fávero Vaughn</i>	
O incidente de descon sideração da personalidade jurídica, o empresário irregular e o empresário de fato	363
<i>Giovani dos Santos Ravagnani e Igor Guillhen Cardoso</i>	
Ação rescisória e princípio da subsidiariedade do fundamento: (re)delimitando as hipóteses de incidência da Súmula 514 do STF	389
<i>Igor Bimkowski Rossoni</i>	
Modelo constitucional de processo: uma “antiga novidade”	401
<i>João Batista Lopes</i>	
Efeitos secundários da sentença demarcatória	411
<i>João Paulo Hecker da Silva</i>	
A decisão de liquidação de título executivo, o novo CPC e sua recorribilidade: uma questão a ser resolvida	425
<i>José Henrique Mouta Araújo e Vinicius Silva Lemos</i>	
A audiência do artigo 334 CPC/2015 em processos coletivos.....	449
<i>Júlio César de Oliveira</i>	
Capítulos de Sentença: primeiras impressões sobre a cisão da sentença no Código de Processo Civil de 2015.....	463
<i>Letícia de Souza Baddauy</i>	
O Valor da Causa no Processo Civil	477
<i>Luis Fernando Guerrero</i>	
As mudanças nas ações de família conforme a redação do novo Código de Processo Civil: tentativa de solução amigável dos conflitos	493
<i>Luís Henrique Bortolai</i>	
Honorários Advocatícios no novo CPC: as polêmicas quanto sua majoração em grau recursal.....	509
<i>Luís Renato P. A. F. Avezum</i>	
A natureza jurídica da decisão que julga a liquidação de sentença e seus reflexos na prática forense	531
<i>Luiz Antonio Ferrari Neto</i>	
Dos limites objetivos da coisa julgada no CPC/2015	543
<i>Luiz Dellore</i>	
Competência concorrente para execução fundada em título extrajudicial no CPC/2015.....	561
<i>Mateus Aimoré Carreteiro</i>	

A taxatividade do rol do artigo 1.015 do CPC e a possibilidade de interpretação extensiva ou analógica	579
<i>Newton Coca Bastos Marzagão</i>	
O regime do parcelamento legal e o cumprimento da sentença	591
<i>Pedro Pierobon Costa do Prado</i>	
Principais impactos do novo CPC no sistema recursal dos Juizados Especiais Cíveis.....	603
<i>Rachel Lopes Queiroz Chacur e Thais Fernanda Silva Rogério</i>	
A natureza preferencial do crédito decorrente de <i>alimentos legítimos e indenizatórios</i> como fundamento para aplicação de medidas atípicas (art. 139, inciso iv) de forma <i>solidária</i> com outras medidas tipicamente estabelecidas no CPC/2015.....	625
<i>Rafael Caselli Pereira</i>	
A técnica de julgamento do artigo 942 do CPC/15: algumas questões polêmicas	643
<i>Rafael Motta e Correa e Thalita Abdala Aris</i>	
A produção antecipada de provas sem o requisito da urgência em matéria ambiental: repensando a estratégia dos litígios ambientais	657
<i>Rodrigo Barioni</i>	
O novo CPC no tempo: primeiras questões recursais de direito intertemporal sob a ótica do STJ	667
<i>Rodrigo Gomes de Mendonça Pinheiro</i>	
A audiência de conciliação ou de mediação: a culpa não é “da cultura”	687
<i>Rogério Ives Braghittoni</i>	
Apelação cível no Brasil, efeito suspensivo <i>ope legis</i> e sua exclusão por meio das tutelas provisórias em grau recursal.....	695
<i>Rogério Licastro Torres de Mello</i>	
Algumas questões controversas sobre a remessa necessária no novo Código de Processo Civil.....	709
<i>Rogério Mollica</i>	
As redes sociais, a relação aluno-professor e a (não) suspeição do juiz ou membro do Ministério Público no novo Código de Processo Civil.....	721
<i>Rogério Montai de Lima</i>	
Ação de Consignação em Pagamento.....	733
<i>Ronaldo Vasconcelos</i>	
Tutelas provisórias do novo CPC: características gerais	749
<i>Sidnei Amendoeira Jr.</i>	

A oposição no novo Código de Processo Civil: de modalidade de intervenção de terceiros à condição de ação verdadeiramente autônoma	771
<i>Thiago Rodovalho</i>	
A possibilidade de fungibilidade entre o IRDR e o IAC: viabilidade e necessidade de sistematização	787
<i>Vinicius Silva Lemos</i>	
Causa de pedir, coisa julgada e mutação constitucional	813
<i>Vivian D'Avila Melo Paixão</i>	
Indeferimento da petição inicial, princípio do contraditório e vedação de <i>decisão surpresa</i>	837
<i>Welder Queiroz dos Santos</i>	
Cabimento do agravo de instrumento e a ótica prospectiva da utilidade: o direito ao interesse na recorribilidade de decisões interlocutórias	849
<i>William Santos Ferreira</i>	